



Voluntários colocam laços azuis em árvores e objetos durante campanha de conscientização sobre a agressão sexual, nas instalações do Exército dos EUA, Presídio de Monterey, Califórnia, 25 Set 13.

(Steven L. Shepard, O Com Soc, Presídio de Monterey)

As Realidades do Programa de Resposta e Prevenção ao Assédio e Agressão Sexual

Perspectivas sobre Como Lidar com a Prioridade Número Um do Exército dos EUA

Ten Cel (Res) Peter D. Fromm, Exército dos EUA

O Programa de Resposta e Prevenção ao Assédio e Agressão Sexual (*Sexual Harassment and Assault Response and Prevention Program — SHARP*) do Exército dos EUA é uma missão contínua de alta prioridade no âmbito de toda a Força. Há um entendimento quase unânime de que a cultura do Exército, a cultura das Forças Armadas, precisa mudar. Considerando essa opinião quase unânime, há relativamente poucos trabalhos ou artigos na mídia profissional militar que examinem o andamento das iniciativas do SHARP de maneira crítica. De modo geral, a instituição tem atacado esse problema com a mesma seriedade dedicada a outros em sua história. Contudo, ao lidar com as questões envolvidas, o Exército ainda tem dificuldades em identificar qual é a cultura que precisa ser modificada e o que deve ser feito, exatamente, para corrigir o problema.

Há diferentes escolas de pensamento em relação a esse esforço. Alguns militares se enxergam, primeiramente, como vítimas do Congresso dos EUA, e não como defensores das verdadeiras vítimas e como líderes e gestores dos ambientes em que esses crimes ocorrem. Alguns sugerem que a situação nas Forças Armadas é, comparativamente, melhor que a do meio universitário, pelo menos em termos de porcentagens brutas. Isso implica que o real problema no âmbito militar é, na verdade, um problema da sociedade, ignorando a questão do que deve ser feito para mudar a cultura.

Outros adotam a postura relacionada de que nós lidaremos com esse problema para a sociedade e mostraremos o caminho, da mesma forma que o Exército o fez em relação à integração racial e de gêneros. A ideia implícita nessa postura é: “Sabemos que não estamos tão mal nessa área quanto os civis, mas aceitamos a missão mesmo assim, porque precisamos corrigir o problema, e estaremos prestando um serviço ao país ao mostrarmos o caminho para o que é correto”. À primeira vista, essa forma de abordar o problema parece menos equivocada, mas deixa, mais uma vez, de compreender a profundidade da tarefa em pauta. Essa abordagem pode indicar ao Congresso que as Forças Armadas estão dispostas e aptas a resolver os problemas de agressão e assédio de uma vez por todas, mas ela não enfoca, diretamente, a cultura que precisamos mudar.

Qualidade X Quantidade

Essas perspectivas são incentivadas e agravadas pelo ímpeto de acompanhar os casos de agressão e assédio sexual (questões de igualdade de oportunidades e igualdade de oportunidades de emprego, além das questões do SHARP) dentro das Forças Armadas, com base em dados estatísticos.

Os indicadores utilizados são enganosos por levarem os responsáveis pelas iniciativas de combate à agressão e assédio sexual a confundir os sintomas com as causas. Abordagens baseadas em indicadores podem criar a ilusão de que os comandantes estejam fazendo algo para influenciar as causas quando esse não é o caso: estão apenas acompanhando o desenrolar do problema. Nesse sentido, embora inegavelmente valiosos para avaliar o problema (mas não para corrigi-lo diretamente), os dados estatísticos são uma espécie de pista falsa. É preciso entender a cultura, e só então será possível transformá-la.

Qual é, exatamente, a cultura que precisa ser transformada? A dimensão qualitativa do problema dentro das Forças Armadas está em sua dinâmica de poder. No segmento civil da sociedade, a dinâmica de poder é, primordialmente, econômica; riqueza equivale a poder. Os funcionários que sejam vitimados podem recorrer a canais jurídicos externos à sua hierarquia para lidar com o assédio e com a agressão. Além disso, não precisam se preocupar com uma cadeia de comando que também detém competência legal sobre eles, como é o caso dos militares. Essa autoridade legal é a razão óbvia por que existe um problema urgente, que se agravou e minou a confiança entre os militares.

Tal autoridade pode transformar a vida de um militar em um inferno, caso ele recuse uma proposta em troca de favores sexuais, por exemplo. Em geral, a vítima é bastante jovem e inexperiente e talvez desconheça os recursos disponíveis fora de sua cadeia de comando. Os dados analíticos utilizados nas comissões de inquérito sobre agressão sexual devem indicar, claramente, as denúncias de abuso da cadeia de comando, já que isso é um reflexo do caráter singular do problema dentro das Forças Armadas. A maioria inclui esse tipo de informação hoje em dia. Para cada caso de agressão relatado, existe a probabilidade (segundo estimativas da Divisão de Investigação Criminal) de que o número real seja 80% maior.



Militar norte-americana representa as vítimas da violência sexual nas Forças Armadas durante coletiva de imprensa realizada em 13 Abr 12, organizada pela instituição Working Against Violence Inc., em Rapid City, Dakota do Sul.

(Sten Michael Beck, Guarda Nacional do Estado de South Dakota)

Assim, o indicador para entender o aspecto qualitativo subjacente também aponta, assustadoramente, para a quantidade de casos de abuso não denunciados, que ocorrem sem serem detectados.

Cultura: a Objetificação Sexual em um Contexto Militar

Quando um indivíduo exerce grande poder, como a autoridade legal sobre outras pessoas, mas não tem um senso moral, maturidade ou sabedoria, o exercício de tal poder se mistura, inevitavelmente, com impulsos básicos. Acaba incorporando uma dinâmica sexual, por mais difícil que seja, para alguns, admitir ou encarar esse fato. Em relacionamentos que envolvem o poder e a autoridade, como a hierarquia militar, o impulso sexual se manifesta abertamente muitas vezes, conforme visto, recentemente, em casos em que superiores se envolveram sexualmente com subordinados, em relacionamentos consensuais, mas ilegais e impróprios. Entretanto, se um indivíduo de escalão subordinado rejeitar um relacionamento consensual, a situação acaba, com frequência, em assédio ou agressão sexual.

Como é de se esperar, esses abusos ocorrem primordialmente nos escalões subordinados, em que jovens ocupam as funções de comando, embora os recentes casos envolvendo integrantes da alta liderança talvez venham mais rápido à mente. A cultura que estabelece as condições para esse tipo de abuso do poder está profundamente arraigada na linguagem. Se chamamos um homem de *stud* (“garanhão”) com base em suas atividades sexuais, a cultura geralmente o enxerga de um modo positivo. A promiscuidade sexual acarreta menor estigma para o homem do que para a mulher. *Slut* (“galinha”) é uma palavra que a cultura, inegavelmente, considera negativa. Assim, é fácil perceber que parte da cultura que precisa mudar desfavorece, de imediato, a mulher. O que isso indica é que, como as mulheres são habitualmente objetificadas por esse tipo de linguagem, predomina uma postura cultural que estabelece as condições para que seu assédio seja tolerado e que até contribui para a agressão. Assim, não surpreende que as mulheres sofram agressões com uma frequência bem maior que os homens.

Entretanto, muitos homens também são vítimas da agressão e assédio sexual e, em números brutos, os ataques contra homens são um problema significativo dentro do Exército dos EUA. Para entender esse aspecto da cultura, é preciso analisar mais a fundo a dinâmica do poder, indo além das situações mais evidentes, como a de homens bêbados que atacam mulheres drogadas, bêbadas ou vulneráveis. Para entender essa parte da cultura, é preciso examinar o denominador comum, que é a questão da dignidade e respeito, como a liderança do Exército dos EUA aponta, com frequência. O Exército precisa considerar a linguagem como um meio fundamental de assegurar que os militares sejam tratados com dignidade. Precisa, ainda, determinar como preparar combatentes fortes e corajosos em um ambiente de respeito. Equilibrar um ambiente de respeito com o preparo de combatentes arrojados é, provavelmente, o maior problema diante das Forças Armadas atualmente. Com frequência, confundem esse preparo com a demonstração de domínio e superioridade por meio de um tratamento cruel ou degradante. Ainda temos comandantes que humilham e desrespeitam seus subordinados como um meio para alcançar fins que imaginam serem bons.

Contudo, esse desrespeito é parte integrante do problema da agressão e assédio sexual nas Forças Armadas. A relação entre o desejo de objetificar os outros e os impulsos do indivíduo que realiza a objetificação é um conceito que foi consagrado por Jean-Paul Sartre em sua teoria psicológica pioneira sobre o autoengano (isto é, “*má-fé*”) no livro *O Ser e o Nada*¹.

Sua discussão explica bem o fenômeno psicológico por trás dos estupros em presídios, em populações do mesmo sexo, como uma questão de domínio social, e não de orientação sexual. Esses estupros são atos supremos de desrespeito, de privação da dignidade. Também é possível ver a mesma dinâmica nos casos de ritos de iniciação abusivos das fraternidades universitárias.

O impulso de objetificar os outros é sempre o precursor da violência psicológica, que também leva à violência física. Esse impulso tem um componente sexual. Por isso, vale a pena ter em mente que as realidades do SHARP estão ligadas à cultura que toleramos com respeito à liderança e à gestão em geral.

Atacar a dignidade de alguém, demonstrando desrespeito por um subordinado por meio de ataques verbais ou físicos a título de torná-lo mais resistente, é um ato regido pelo mesmo impulso que a agressão sexual. Esse desrespeito está no cerne da cultura que precisa ser mudada, caso queiramos eliminar a agressão e o assédio sexual.

Enquanto os comandantes puderem humilhar outras pessoas, verbal ou fisicamente, sem sofrer nenhuma consequência, enquanto dermos as costas quando um superior abusar um subordinado, estarão estabelecidas as condições para que o abuso seja levado para o campo da dinâmica sexual patente. Os comandantes que conduzem ritos de iniciação ou “corretivos” abusivos estão desempenhando atos sexuais de domínio sublimados. O comandante de um batalhão ou subtenente que diga uma série de grosserias destinadas a humilhar um subordinado está realizando um ato psicologicamente equivalente a agredir aquele soldado. ■

O Tenente-Coronel Peter Fromm, da Reserva Remunerada do Exército dos EUA, serviu, recentemente, como Subchefe da Seção de Pessoal do Exército dos EUA e I Corpo de Exército (Avançado), Camp Zama, Japão. Era responsável pela supervisão do programa SHARP para o comandante da missão.

Referência

1. Jean-Paul Sartre, *Being and Nothingness: a Phenomenological Essay on Ontology*, trans. Hazel E. Barnes (New York: Citadel Press, 1956). Veja a terceira seção do terceiro capítulo, “Concrete Relations With Others” (“As Relações Concretas com o Outro”), e o subcapítulo II, “Second Attitude Toward Others: Indifference, Desire, Hate, Sadism” (“A Segunda Atitude para com o Outro: a

Indiferença, o Desejo, o Ódio, o Sadismo”) [Publicado no Brasil com o título *O Ser e o Nada*. Os títulos da seção e subcapítulo foram extraídos da tradução de Paulo Perdigão — Sartre, Jean-Paul, *O ser e o nada - Ensaio de ontologia fenomenológica*; 15 ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. — N. do T.]